Boletim Conjuntural Semana 48/2026 – 25 de novembro de 2026

ARROZ 2
OLERÍCOLAS 2
SAFRA 25/26 4
BOVINOS 5
OVOS 5
PERUS 7
MEL 9

O Boletim Conjuntural desta semana reúne análises sobre o fechamento da safra de grãos 2025/26, o andamento das lavouras a campo e o desempenho do Paraná nas exportações de proteína animal e mel.

No balanço consolidado do campo, o estado fechou a safra 2025/26 com a segunda maior produção de grãos de sua história, sustentada pelo recorde da safra de verão, apesar da forte frustração na safra de inverno — marcada pela queda no trigo e na cevada devido à redução de área e às chuvas.

Já no ciclo atual, o excesso de precipitações associado ao fenômeno El Niño alagou áreas de várzea no Noroeste paranaense, provocando perda estimada de 20% no arroz irrigado, e comprometeu a qualidade das principais olerícolas — batata, tomate e cebola —, com reflexos diretos nas cotações ao consumidor.

No comércio exterior de carnes, o Paraná registrou retração nos embarques acumulados de carne bovina — marcados pela forte queda nas compras chinesas e pelo avanço da participação dos Estados Unidos —, mas manteve trajetória positiva na carne de peru, consolidando-se como terceiro maior exportador nacional com alta em volume e faturamento.

Na avicultura de postura, o estado destacou-se na contramão da queda brasileira provocada pelo tarifaço norte-americano, ampliando os embarques e a receita com ovoprodutos. Já na apicultura, mesmo ocupando a terceira posição nacional, o Paraná sofreu forte retração nas exportações de mel diante das barreiras comerciais nos Estados Unidos e na União Europeia, movimento amenizado pela valorização do preço médio do produto.

Boa leitura!

***Reprodução autorizada desde que citada a fonte**

ARROZ

Eng. Agrônomo C. Hugo W. Godinho

A safra de arroz irrigado no Paraná passou por uma revisão após o excesso de chuvas entre outubro e o início de novembro, que elevou os níveis dos rios Ivaí e Paraná e alagou boa parte das lavouras de várzea. Da expectativa inicial de cerca de 148 mil, a projeção caiu para 118 mil toneladas, uma perda estimada em 20%. O número ainda carrega incertezas técnicas, pois depende do avanço das áreas replantadas e do aproveitamento de soqueira nas lavouras atingidas pelas cheias.

A recorrência de perdas na Bacia do Rio Ivaí evidencia a vulnerabilidade estrutural do arroz irrigado no estado, sobretudo em anos de El Niño. Municípios da margem norte, próximos à foz do Rio Paraná, reúnem mais de três quartos da área cultivada e têm baixa cobertura florestal natural (cerca de 14%, contra 29% da média estadual, segundo o MapBiomas), o que reduz a retenção hídrica e intensifica cheias rápidas e assoreamento.

No cenário nacional, os levantamentos mais recentes da Conab indicam produção de 10,6 milhões de toneladas, abaixo das 11,1 milhões do ciclo anterior, reflexo da menor área semeada após preços pressionados. Como o Paraná representa cerca de 1,5% do total brasileiro, o impacto estadual é limitado no abastecimento nacional, mas pesa na economia dos municípios produtores do Noroeste.

No mercado, as cotações ao produtor avançaram 36% na comparação de outubro deste ano com o mesmo mês do ano passado, passando de R$ 78,87 para R$ 106,96 por saca. A alta foi concentrada especialmente no último trimestre e ajuda a recompor parcialmente as margens dos produtores, mas o resultado financeiro no Paraná dependerá da produtividade efetiva ao fim da colheita, que ganha força em janeiro e segue durante todo o primeiro semestre.

OLERÍCOLAS

Eng. Agrônomo Paulo Andrade

Nesta última semana de novembro a safra 2026/2027 o foco são os produtos da horta com maiores volumes produzidos no Paraná, quais sejam a batata e o tomate que juntos respondem por 39,9% das 3,1 milhões de toneladas (t) e 28,9% do Valor Bruto da Produção (VBP) da olericultura

estadual, agregando a cebola como um tempero a mais na análise.

Da batata 1ª safra já foram plantados 98% dos 16,2 mil hectares (ha) previstos, para uma produção estimada de 533,5 mil t e uma produtividade de 33,3 t/ha, estando com 3% de tubérculos já colhidos. Em relação à safra passada estes numerários são menores em 3,8% na área, 5,8% nos volumes estimados e 2,0% na produtividade, quando foram cultivados 16,8 mil ha, 566,2 mil t e rendimento médio de 33,6 t/ha.

Das lavouras no solo – 15,9 mil ha – 2% estão em condições ruins, 31% médias e 67% apresentam uma boa performance nos estandes, estando 8% em germinação, 34% em desenvolvimento vegetativo (DV), 45% em tuberização e 13% das áreas maturando.

A safra de cebolas está em franco desenvolvimento em nosso estado, com 100% plantadas e 28% colhidas, a superfície cultivada de 2,4 mil ha é 13,6% menor do que os 2,8 mil ha da estação anterior, enquanto o volume proposto de 87,5 mil t está 25,9% abaixo das 118,0 mil t da colheita passada e índice de produtividade atual de 36,7 t/ha, aquém da 42,7 t/ha pretérita, 14,2% aquém.

Dos 1,7 mil ha a serem colhidos 6% estão em DV, 2% em floração, 47% em bulbificação e 45% maturando; se encontrando 1% estão em condição ruins, 33% médias e 66% em boa situação.

O tomate de primeira safra presente em 2,5 mil ha, 50ha a mais do equivalente anterior, se encontra com 80% plantado e 7% colhido; a produção estimada de 173,2 mil t frente aos 168,1 mil t de 2025/2026, representa 3% a mais e o rendimento médio hoje de 69,7 t/ha é 1,3% superior aos 68,8 t/ha da colheita passada.

Da superfície a ser colhida, 1% está em condição ruim, 16% em uma média situação e 83% se encontram com uma boa performance, estando 2% em germinação, 46% em DV, 13% em florescimento, 19% em frutificação e outros 20% maturando.

Com o mercado do clima imperando com chuvas constantes e excessivas desde o final de agosto, associado a uma nebulosidade quase que permanente até outubro e potencializado pelo El Niño neste período, e com a projeção de se estender até meados de fevereiro de 2027, a qualidade dos produtos da olericultura diminuiu rebatendo nas cotações.

Porém, as mudanças climáticas deixaram de ser ficção e vieram para ficar,

***Reprodução autorizada desde que citada a fonte**

assombrando a inconstância que sempre acompanhou a produção primária a campo e que deve ser compreendida principalmente pelo consumidor final urbano.

Não nos furtando de recordar que o agricultor não especula pois é o elo mais fraco deste sistema produtivo além de tomador de preços, sua busca permanente é sempre ofertar um produto de qualidade e em quantidade para a mesa dos brasileiros, quando possível.

SAFRA 25/26

Eng. Agrônomo C. Hugo W. Godinho

A safra de grãos 25/26 do Paraná fechou em 46,93 milhões de toneladas (t), consolidando-se como a segunda maior da série histórica do estado, logo atrás apenas do recorde de 47,27 milhões de t registrado na safra 24/25. Esta é a primeira estimativa apresentada pelo Deral com todas as colheitas concluídas, incluindo a recém-finalizada safra de inverno, embora o número ainda possa sofrer revisões.

Mesmo com o recuo de 1% no somatório total frente ao ciclo anterior, o volume alcançado sustentou-se no desempenho recorde da 1ª safra (26,34 milhões de t, +7% sobre 24/25, puxada pela soja com 21,83 milhões de t e pelo milho 1ª safra com 4,16 milhões de t) e em uma 2ª safra de porte expressivo (18,00 milhões de t, -3% ante 24/25). Essa ampla oferta de grãos é fator chave para a manutenção do Paraná como o principal produtor de carnes do Brasil, assegurando insumos para a cadeia de proteínas animais ao mesmo tempo em que impulsiona a geração de divisas por meio das exportações do agronegócio paranaense.

No feijão, apesar do ajuste na oferta em relação a 24/25, o somatório das três safras atinge 469 mil t, mantendo um volume robusto e garantindo que o Paraná continue como o principal produtor desse produto no país.

Em contrapartida, a grande frustração ocorreu na safra de inverno, que caiu para 2,59 milhões de t (-34% frente a 24/25) em razão da retração de área e das chuvas na colheita até o início de novembro, derrubando o trigo para 1,77 milhão de t (-39% ante 24/25) — o que aumenta a necessidade de importação do cereal — e impondo também um recuo importante à cevada, que caiu para 430 mil t (ante 492 mil t em outubro e 500 mil t em 24/25), frustrando a obtenção de um novo recorde, mas, ainda assim, mantendo o

Paraná como o maior produtor nacional do produto.

BOVINOS

Méd. Veterinário Thiago De Marchi da Silva

Segundo a análise quinzenal do Cepea, as exportações brasileiras de carne bovina permaneceram firmes em outubro, totalizando 225,6 mil toneladas, alta de 0,91% em relação a setembro. No acumulado de janeiro a outubro, porém, os embarques somaram 2,605 milhões de toneladas, recuo de 5,7% ante o mesmo período de 2025.

Entre os principais destinos, as compras chinesas se destacaram, alcançando 41,9 mil toneladas, ante 10,9 mil em setembro. Os Estados Unidos, por outro lado, reduziram as importações para 35,5 mil toneladas (-26,6%,). Também houve aumento das compras pela Indonésia, Arábia Saudita, Egito e Emirados Árabes Unidos, enquanto o Chile reduziu suas aquisições. Os preços médios pagos pela China e pelos Estados Unidos avançaram 11,3% e 5,6%, respectivamente.

No Paraná, os embarques apresentaram queda no comparativo entre 2025 e 2026, quando analisado o acumulado de janeiro a outubro. Até aqui, a China importou quase 50% menos carne bovina paranaense em 2026 do que no ano anterior, enquanto os EUA mais que dobraram a sua participação nos embarques paranaenses.

OVOS

Méd. Vet. Roberto Carlos P. de Andrade Silva

O comércio exterior da avicultura de postura brasileira atravessa um ano de reacomodação em 2026. De acordo com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), os embarques de ovos, considerando produtos in natura e processados, somaram 24,7 mil toneladas no acumulado entre janeiro e outubro, gerando uma receita de US$ 54,9 milhões. Os números representam uma retração de 32,7% em volume e de 36,8% em faturamento na comparação com os dez primeiros meses de 2025, quando foram embarcadas 36,7 mil toneladas e obtida receita de US$ 86,9 milhões.

Apenas no mês de outubro, as exportações totalizaram 2,1 mil toneladas — recuo de 12,6% frente às 2,4 mil toneladas do mesmo mês do ano passado —, com faturamento de US$ 5,1 milhões,

resultado 15,7% inferior aos US$ 6,1 milhões registrados em outubro de 2025.

A principal razão para o recuo em relação a 2025 está nas barreiras comerciais impostas pelos Estados Unidos (EUA). No primeiro semestre do ano passado, o mercado norte-americano havia se consolidado como um destino estratégico para o ovo de consumo brasileiro, impulsionado pelo desabastecimento interno provocado por surtos de influenza aviária (H5N1), que resultaram no extermínio de milhões de galinhas no país desde 2015.

O cenário mudou em 9 de julho de 2025, quando os EUA anunciaram uma tarifa de 50% sobre diversos produtos agropecuários brasileiros - incluindo os ovos -, medida que entrou em vigor em 6 de agosto. Embora Washington tenha retirado a sobretaxa de vários itens em novembro de 2025, os ovos permaneceram taxados ao lado de produtos como café solúvel, uva, mel e pescados, interrompendo o ciclo de abertura e consolidação daquele mercado para os produtores nacionais.

Os dados do sistema Agrostat Brasil, do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), dimensionam o impacto direto do "tarifaço" sobre as vendas aos EUA. Entre janeiro e outubro de 2025, empresas norte-americanas importaram 19.578 toneladas de ovos do Brasil, movimentando US$ 41,606 milhões; no mesmo período de 2026, o volume despencou para apenas 168 toneladas, com receita de US$ 138.827. No recorte específico do mês de outubro, os embarques aos EUA caíram de 40.916 quilos (US$ 36.535) em 2025 para residuais 45 quilos (US$ 3.108) em 2026.

Diante da retração norte-americana, a avicultura brasileira acelerou a diversificação de destinos e encontrou forte demanda na América do Sul. Segundo a ABPA, o Chile liderou as compras no acumulado de janeiro a outubro de 2026 com 10,6 mil toneladas, registrando crescimento de 185,9% em relação ao mesmo período do ano passado. Na sequência dos maiores compradores no acumulado do ano aparecem Japão, com 3,2 mil toneladas (-17,8%), Equador, que saltou para 2,0 mil toneladas (+522,8%), Emirados Árabes Unidos, com 1,9 mil toneladas (-19,6%), e México, com 1,8 mil toneladas (-32,6%). Em outubro, o Chile também ocupou a primeira posição com 587 toneladas (+1,6%), seguido por Japão (308 toneladas; -46,4%), Equador (275 toneladas; +25,0%), Serra Leoa (221

***Reprodução autorizada desde que citada a fonte**

toneladas) e México (149 toneladas; -54,6%), confirmando a abertura e consolidação de novos fluxos comerciais.

No recorte específico do segmento de ovoprodutos levantado pelo Agrostat/MAPA, as exportações nacionais atingiram 39.579 toneladas de janeiro a outubro de 2026, volume 20,5% menor que as 49.806 toneladas verificadas em igual período de 2025. O faturamento do setor, contudo, apresentou queda bem mais moderada, de apenas 5,5%, passando de US$ 163,365 milhões para US$ 154,426 milhões.

Nesse mercado, o Paraná destacou-se na contramão da retração nacional: ocupando o terceiro lugar no ranking brasileiro, atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais, o estado elevou seus embarques de 5.641 toneladas nos dez primeiros meses de 2025 para 5.736 toneladas no mesmo intervalo de 2026 (+1,7%), enquanto sua receita avançou de US$ 28,418 milhões para US$ 32,316 milhões (+13,7%).

PERUS

Méd. Vet. Roberto Carlos P. de Andrade Silva

Segundo dados do Agrostat Brasil/MAPA, em outubro de 2026 as empresas brasileiras exportaram 7.197 toneladas de carne de peru, uma queda de 0,8% em relação ao mesmo mês de 2025, quando o volume embarcado foi de 7.253 toneladas. Já o faturamento totalizou US$ 22,486 milhões, recuo de 10,2% frente aos US$ 25,032 milhões registrados no ano anterior.

Entre os estados, o Paraná, terceiro maior exportador nacional, embarcou 1.417 toneladas em outubro, registrando alta de 7,3% sobre as 1.320 toneladas de outubro de 2025. A receita cambial paranaense acompanhou o ritmo e cresceu 13,4%, passando de US$ 4,486 milhões para US$ 5,088 milhões.

O Rio Grande do Sul, segundo maior exportador no acumulado do ano, registrou retração em outubro tanto no volume (-38,1%) quanto na receita cambial (-52,8%). Já Santa Catarina, líder nacional nas exportações, seguiu na contramão e apresentou alta tanto no volume embarcado (+24,3%) quanto no ingresso de divisas externas (+7,7%).

Nos dez primeiros meses de 2026, considerando o acumulado de janeiro a outubro, as exportações brasileiras de

***Reprodução autorizada desde que citada a fonte**

carne de peru alcançaram 61.270 toneladas e geraram US$ 241,884 milhões em receita cambial. O resultado representa um crescimento de 17,6% em volume e de 50,5% em faturamento na comparação com o mesmo período de 2025, que somou 52.121 toneladas e US$ 160,704 milhões.

No acumulado do período, o ranking dos principais estados exportadores foi liderado por Santa Catarina, com 25.192 toneladas (+4,7%) e US$ 101,261 milhões (+26,1%), seguida pelo Rio Grande do Sul, com 23.695 toneladas (+52,4%) e US$ 84,582 milhões (+105,9%), e pelo Paraná, com 12.304 toneladas (+0,3%) e US$ 55,836 milhões (+44,2%), frente às 12.269 toneladas e US$ 38,710 milhões obtidos pelos paranaenses no ano anterior.

Do total exportado pelo país em 2026, 95,1% corresponderam a produtos in natura, somando 58.250 toneladas e US$ 228,129 milhões. O segmento cresceu 17,5% em volume e 49% em receita em relação aos dez primeiros meses de 2025, quando haviam sido embarcadas 49.588 toneladas ao valor de US$ 153,143 milhões. O preço médio da carne in natura atingiu US$ 3.916,38/t, valorização de 26,8% sobre a média de US$ 3.088,32/t do ano anterior.

Em relação aos destinos internacionais no acumulado de janeiro a outubro de 2026, os cinco maiores importadores (e suas respectivas variações frente a 2025) foram o México, com 12.681 toneladas (-8,4%) e US$ 50,354 milhões (-8,9%); os Países Baixos, com 9.041 toneladas (+338,5%) e US$ 62,287 milhões (+586,4%); o Chile, com 7.086 toneladas (+18,3%) e US$ 43,609 milhões (+96,7%); a África do Sul, com 6.447 toneladas (+41,0%) e US$ 12,565 milhões (+73,9%); e o Peru, com 4.830 toneladas (+62,0%) e US$ 12,309 milhões (+102,4%). Completam a lista dos dez principais mercados compradores Benin (2.661 t e US$ 5,998 mi), Gana (2.384 t e US$ 4,803 mi), Guiné Equatorial (2.082 t e US$ 5,130 mi), Reino Unido (1.730 t e US$ 11,090 mi) e Gabão (1.671 t e US$ 3,559 mi).

Mesmo liderando as compras da carne de peru brasileira — com participação de 20,7% no volume total de 2026, ante 26,5% em 2025, quando adquiriu 13.844 toneladas —, o México apresentou queda no acumulado do ano. A retração reflete o embargo temporário imposto após a confirmação do primeiro foco da Doença de Newcastle em uma

***Reprodução autorizada desde que citada a fonte**

granja comercial de perus em Nova Itaberaba (SC), em 19 de outubro.

Inicialmente, as autoridades mexicanas suspenderam as importações de carne de aves, miúdos, ovos férteis, pintos de até três dias e outras aves provenientes de todo o território brasileiro. No entanto, após a confirmação de três casos no oeste catarinense, o México reconheceu o princípio de regionalização sanitária ainda no final de outubro, limitando a restrição apenas a Santa Catarina e retomando as compras dos demais estados habilitados no início de novembro.

Os efeitos da suspensão inicial ficaram evidentes nos dados fechados de outubro, mês em que o México importou 1.375 t e gerou US$ 4,915 milhões — quedas expressivas de 51,5% em volume e 52,8% em receita frente a igual mês do ano anterior, ratificando os prejuízos iniciais provocados pelo bloqueio sanitário.

MEL

Méd. Vet. Roberto Carlos P. de Andrade Silva

Nos dez primeiros meses de 2026, o Brasil exportou 27.971 t de mel, gerando um faturamento de US$ 98,472 milhões. Apesar da valorização no preço médio da tonelada, a apicultura brasileira enfrenta um cenário externo adverso no ano corrente, marcado pelo aumento de tarifas nos Estados Unidos e por restrições comerciais impostas pela União Europeia, fatores que têm pressionado negativamente tanto o volume embarcado quanto a receita cambial.

De acordo com dados do Agrostat Brasil, sistema vinculado ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), no mês de outubro de 2026 as empresas brasileiras exportaram 1.256 t de mel, o que representa uma queda de 34,4% em relação ao mesmo mês de 2025, quando foram embarcadas 1.944 t. O faturamento mensal atingiu US$ 4,354 milhões, resultado 33,8% menor que o obtido em igual período do ano anterior, de US$ 6,577 milhões. Na contramão da retração nos volumes, o preço médio nacional da tonelada aumentou 2,4% na comparação anual, subindo de US$ 3.383,30 em outubro de 2025 para US$ 3.463,74 em outubro de 2026.

A queda no desempenho mensal foi puxada pela retração dos Estados Unidos, que importaram apenas 670 t em outubro deste ano, gastando US$ 2,283 milhões —

um recuo expressivo frente às 1.643 t e aos US$ 5,503 milhões registrados no mesmo mês de 2025. Em termos percentuais, as compras norte-americanas caíram 59,2% em volume e 58,5% em receita, embora o preço médio pago pela tonelada tenha subido 1,8%, passando de US$ 3.348,95 para US$ 3.406,56.

Entre os estados brasileiros, Santa Catarina manteve a liderança mensal ao exportar 267 t e faturar US$ 893.372 em outubro de 2026, superando as 191 t e os US$ 691.807 de outubro de 2025, com altas de 39,8% em volume e 29,1% em receita, ainda que o preço médio estadual tenha recuado 7,6%, de US$ 3.622,03 para US$ 3.345,96 por t.

Já o Paraná, terceiro maior exportador, embarcou 103 t em outubro, volume 61,9% inferior às 270 t do ano anterior, com queda de 62,8% na receita cambial, que recuou de US$ 966.099 para US$ 359.741, e retração de 2,4% no preço médio, que passou de US$ 3.578,14 para US$ 3.492,63 por tonelada.

No acumulado de janeiro a outubro de 2026, as exportações brasileiras de mel in natura somaram 27.971 t, refletindo uma queda de 9,3% em comparação às 30.651 t exportadas no mesmo intervalo de 2025. A receita em dólares alcançou US$ 98,472 milhões, recuo de 4,3% frente aos US$ 102,948 milhões do ano passado. O ponto positivo do acumulado foi a elevação de 4,8% no preço médio nacional, que saltou de US$ 3.358,71 por tonelada (US$ 3,36 por quilo) em 2025 para US$ 3.520,51 por tonelada (US$ 3,52 por quilo) em 2026.

No ranking estadual dos dez primeiros meses do ano, Santa Catarina assumiu a liderança nacional ao registrar US$ 28,973 milhões em receita e 8.146 t exportadas, a um preço médio de US$ 3,56 por quilo. O desempenho catarinense superou com folga os números de 2025, quando o estado havia somado US$ 15,520 milhões e 4.555 t, a US$ 3,41 por quilo, consolidando avanços de 78,8% em volume e 86,6% em receita. Minas Gerais passou a ocupar a segunda posição, acumulando US$ 17,020 milhões e 4.718 t, a um preço médio de US$ 3,61 por quilo - resultado abaixo das 6.349 t (-25,7%) e dos US$ 21,401 milhões (-20,5%) registrados no ano anterior, quando o preço médio foi de US$ 3,35 por quilo.

Na terceira colocação estadual aparece o Paraná, com receita de US$ 13,317 milhões e volume de 3.772 t, a um preço médio de US$ 3.530,46 por t. Em

***Reprodução autorizada desde que citada a fonte**

comparação a igual período de 2025, quando somou US$ 18,639 milhões, 5.571 t e preço médio de US$ 3.345,68 por tonelada, o estado sofreu retração de 32,3% no volume e de 28,6% na receita, mas registrou alta de 5,5% no valor médio da tonelada.

O quarto e o quinto lugares do ranking ficaram com o Piauí, que exportou 3.535 t (-43,2%) e faturou US$ 12,198 milhões (-35,1%), e São Paulo, com 2.845 t (+45,5%) e US$ 9,641 milhões (+45,7%). Outros estados com participação relevante no período foram o Rio Grande do Sul, com 1.416 t e US$ 4,829 milhões; o Ceará, com 1.415 t e US$ 5,062 milhões; a Bahia, com 1.045 t e US$ 3,698 milhões; e o Maranhão, com 642 t e US$ 2,249 milhões.

Em relação aos mercados compradores, os Estados Unidos seguiram como o principal destino no acumulado de janeiro a outubro de 2026, absorvendo 67,3% do volume total exportado pelo Brasil, o equivalente a 18.817 t, com receita de US$ 66,668 milhões e preço médio de US$ 3,54 por quilo. No mesmo período de 2025, os norte-americanos haviam importado 26.173 t, desembolsando US$ 87,646 milhões a um preço médio de US$ 3,35 por quilo. Assim, os embarques para os EUA caíram 28,1% em volume e 23,9% em receita, embora o preço médio da tonelada tenha avançado 5,8%, passando de US$ 3.348,72 para US$ 3.542,98.

A menor demanda dos Estados Unidos foi parcialmente compensada pela forte expansão nas compras de parceiros tradicionais e pela abertura de novos mercados. Entre os principais compradores tradicionais, o Canadá ocupou a segunda posição ao importar 3.635 t (+54,7%) e gerar US$ 12,585 milhões (+58,5%), seguido pela Alemanha, em terceiro lugar, com 3.278 t (+294,5%) e US$ 11,805 milhões (+306,1%), e pelo Reino Unido, em quarto, com 1.148 t (+56,8%) e US$ 4,008 milhões (+68,0%). Fechando o grupo dos cinco principais importadores aparece a Espanha, novo mercado comprador que adquiriu 390 t e gerou US$ 1,061 milhão. Além deles, o Brasil também realizou embarques para Portugal (162 t e US$ 429.398), Países Baixos (143 t e US$ 547.874), Polônia (124 t e US$ 292.384) e Filipinas (116 t e US$ 417.053).

***Reprodução autorizada desde que citada a fonte**